

Governo teme ser envolvido no caso pelo senador durante o depoimento

FH espera que Senado resolva a questão o mais rapidamente possível

Cristiane Jungblut

• BRASÍLIA. A tensão se instalou na Praça dos Três Poderes. O nervosismo do governo começou com a proximidade do depoimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), hoje, na Comissão de Ética. Teme-se que, pressionado pela ameaça de cassação por causa da violação do painel de votação, o senador possa envolver o governo no caso. O clima piorou, no fim do dia, com a vitória da oposição, que conseguiu as assinaturas necessárias na Câmara e no Senado para a CPI da Corrupção.

Logo cedo o presidente Fernando Henrique Cardoso se reuniu com aliados no Palácio do Planalto para discutir saídas para a crise. O presidente deu um recado: quer que o Congresso resolva o caso o mais rapidamente possível. Fernando Henrique, segundo o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), disse que essa crise compromete a economia, que já está sofrendo as consequências da instabilidade na Argentina.

— O presidente acredita que o Senado tem que trabalhar em sintonia com a sociedade, que evoluiu mais do que os políticos. Ele quer que isso não traga desdobramentos para a área econômica — disse Inocêncio.

O chefe da Casa Civil, Pedro Parente, confirmou que é essa a visão do presidente.

— O Senado tem que ser célere, porque não pode ficar à mercê de uma briga oligárquica. O Senado deve tomar as medidas cabíveis neste caso. E a opinião pública não vai aceitar a inércia do Senado.

O governo já começa a traçar cenários a partir de uma possível cassação de Antonio Carlos e do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF). A avaliação de assessores é que, se isso ocorrer, aumentarão as pressões para a cassação do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), acusado de envolvimento em fraudes da Sudam.

— Claro que estamos preocupados com a CPI, mas ainda vai ter muita batalha política sobre isso. O importante agora é o discurso do ACM — disse um assessor.

Por intermédio do porta-voz Georges Lamazière, o presidente reagiu ao fato de a oposição conseguir as assinaturas necessárias para abrir a CPI. Fernando Henrique disse que a CPI é inconstitucional e que o Congresso não pode servir de delegacia de polícia ou de palanque eleitoral.

Apesar da tensão no Palácio do Planalto, Lamazière disse que Fernando Henrique não tem temor em relação ao depoimento de Antonio Carlos nem em relação à CPI da Corrupção.

— O presidente reiterou que o governo não tem nada a temer. O Congresso é que é juiz do que deseja fazer. Um pedido de CPI, tal como o formulado, não obedece ao que está prescrito na Constituição — disse.

Preocupado com as consequências da crise, Fernando Henrique pediu ajuda a Inocêncio e ao governador do Ceará, o tucano Tasso Jereissati, que tem criticado o apoio dado pelo presidente à candidatura do ministro da Saúde, José Serra, à Presidência. Fernando Henrique também se reuniu com o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), e com assessores do Planalto.

Inocêncio, que se reuniu por mais de uma hora com o presidente na biblioteca do Al-

vorada, disse que Fernando Henrique argumentou que a CPI não vai investigar mais do que o governo já está apurando, citando as fraudes na Sudam. O presidente, segundo Inocêncio, disse que o Senado é autônomo e se confessou preocupado com a crise, mas garantiu que não vai se envolver no assunto.

Virgílio disse que a crise já está afetando a economia. Segundo ele, o presidente está convencido de que a econo-

mia tem fundamentos sólidos e, por isso, vai conseguir enfrentar as turbulências geradas pela Argentina.

— Eu e o presidente estamos ansiosos para discutir coisas mais importantes, como as votações e a crise da Argentina. É visível que as condições da economia já foram melhores. Estamos sendo afetados por ventos de fora e estamos sem coesão interna. Não temos coesão nem sobre o time do Leão. Temos um

crescimento econômico a resguardar — disse Virgílio.

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, disse que não havia conversado com Arruda. Sobre os processos de cassação, cobrou agilidade do Senado.

— O Senado deve fazer duas coisas. Primeiro, apurar e punir os culpados. Segundo, fazê-lo no menor prazo possível — disse. ■

COLABOROU Vladimir Netto



ANTONIO CARLOS: possível cassação aumentaria pressões para atingir também Jader Barbalho